

**Diálogos entre a Licenciatura em Psicologia e a Psicologia Escolar:
Interfaces profissionais e legais**

**Dialogues between the Bachelor's Degree in Psychology and School Psychology:
Professional and Legal Interfaces**

**Diálogos entre la Licenciatura en Psicología y la Psicología Escolar: Interfaces
profesionales y legalês**

Aurielly dos Santos Gomes¹

Nadja Carolina de Sousa Pinheiro²

Maria Sandra Santos Carvalho³

Artigo científico

Linha de pesquisa: Prática Pedagógica, Currículo e Formação de Professores.

RESUMO

A relação entre psicologia e educação se deu na perspectiva do saber psicológico que contribui na atuação dos profissionais de psicologia dentro do âmbito educacional, seja na escola ou em outros. Este trabalho teve como objetivo analisar as pesquisas que abordaram a atuação do Licenciado em Psicologia e do Psicólogo Escolar com base nos dispositivos legais vigentes, buscando produzir um estudo comparativo entre essas duas práticas profissionais. Adotou abordagem qualitativa, do tipo revisão integrativa de literatura. Teve como foco a análise de pesquisas que tratam da atuação nas áreas de Psicologia Escolar e Licenciatura em Psicologia, com base em publicações realizadas entre os anos de 2013 a 2023. Os resultados apontam que o campo de docência da psicologia na educação básica contribui de maneira significativa para a formação humana. É uma forma de levar o conteúdo de psicologia aplicado a educação de uma maneira formadora.

Palavras-chave: Licenciatura em psicologia. Psicologia escolar. Atuação. Legislação.

ABSTRACT

¹ Graduada em Bacharelado e Licenciatura em Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí, Pós-graduação em Saúde Integral pela Universidade Federal do Piauí.

² Psicóloga pela Universidade Estadual do Piauí, Mestrado e Doutorado em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR. Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade da UESPI.

³ Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual do Piauí, participa do grupo de psicologia escolar e educacional em contexto (GPEEC) e do grupo de pesquisa Psicologia no desenvolvimento humano-UESPI.

The relationship between psychology and education emerged from the perspective of psychological knowledge that contributes to the work of psychology professionals within the educational setting, whether in schools or elsewhere. This study aimed to analyze research addressing the work of Psychology graduates and School Psychologists based on current legal provisions, seeking to produce a comparative study between these two professional practices. It adopted a qualitative approach, an integrative literature review. It focused on analyzing research addressing work in the areas of School Psychology and Psychology Licentiate Degrees, based on publications published between 2013 and 2023. The results indicate that teaching psychology in basic education contributes significantly to human development. It is a way to apply psychology content to education in an educational manner.

Keywords: Psychology Licentiate Degree. School Psychology. Practice. Legislation

RESUMEN

La relación entre psicología y educación surgió desde la perspectiva del conocimiento psicológico que contribuye al trabajo de los profesionales de la psicología en el ámbito educativo, ya sea en escuelas o en otros ámbitos. Este estudio tuvo como objetivo analizar la investigación sobre el trabajo de los graduados en Psicología y los psicólogos escolares, con base en las disposiciones legales vigentes, buscando generar un estudio comparativo entre estas dos prácticas profesionales. Se adoptó un enfoque cualitativo y una revisión bibliográfica integradora. Se centró en el análisis de la investigación sobre el trabajo en las áreas de Psicología Escolar y Licenciatura en Psicología, con base en publicaciones publicadas entre 2013 y 2023. Los resultados indican que la enseñanza de la psicología en la educación básica contribuye significativamente al desarrollo humano. Es una forma de aplicar los contenidos de psicología a la educación de forma educativa.

Palabras clave: Licenciatura en Psicología. Psicología Escolar. Práctica. Legislación

INTRODUÇÃO

A relação entre psicologia e educação se deu na perspectiva do saber psicológico que contribui na atuação dos profissionais de psicologia dentro do âmbito educacional, seja na escola ou em outros ambientes de processos educativos com suas especificidades em cada contexto. A práxis dessas das áreas: licenciatura em psicologia e psicologia escolar carregam um perfil profissional muito difuso, em decorrência da sua própria construção histórica, metodológica. Considerando o percurso histórico da construção da psicologia como ciência, ela se construiu também dentro do contexto educacional, foi dessa maneira que no meio da educação que esse saber foi mais difundido no Brasil (ANTUNES, 2014).

Instalou-se uma ideia a partir do século XIX em que a escola era alvo de proposta higienistas e caráter moral que estabelecia regras de condutas a crianças que possuíam comportamentos inadequados, ou simplesmente porque possuíam alguma limitação de ordem física ou intelectual, a fim de se resolver comportamentos nocivos, ou fora de um

padrão de normalidade. Porém, a inserção da psicologia dentre os parâmetros atuais não corresponde às ideias existentes na época da construção dessa ciência, ela se constitui em contexto que busca com os conhecimentos psicológicos facilitar o processo de ensino-aprendizagem, além de inserir esses conhecimentos também do ambiente escolar como formador de magistério levando questões sociais, filosóficas, políticas e culturais como predominantes para um processo que une a prática pedagógica mais além do que uma compreensão simples de área cognitiva.

A proximidade dessas áreas a educação facilitou um campo mais aberto para a entrada da psicologia em ambientes educacionais. O curso possibilita aos atuantes lidar com a elaboração, execução e intervenção nesses ambientes, porém havendo desvio de funções, tornando necessária a discussão para levantar as diferenças existentes entre essas duas áreas. Para o conhecimento do fazer psicológico na escola na modalidade de licenciatura e bacharelado é necessário entender um pouco do percurso histórico da construção dessa ciência.

A psicologia ganhou espaço dentro do ambiente educacional, apesar de sua relação ser marcada por uma trajetória de polêmicas (MACHADO, 2016). Essa ciência antes de sua institucionalização ocupava cadeira nos cursos de filosofia, dessa forma, possibilitaram mais a aproximação da ciência psicológica com o campo educacional, além de que já se evidenciava como uma ciência básica e instrumental para a pedagogia. A Psicologia tomou-se necessária como ciência básica e instrumental para a Pedagogia, o que acarretou seu desenvolvimento, quer no plano teórico, quer no plano prático.

Esse desenvolvimento foi de tal maneira relevante que, da Educação, ampliou-se para outras áreas, como a organização do trabalho e o atendimento clínico nos Serviços de Orientação Infantil (ANTUNES, 2014, p. 63). Dessa maneira, a psicologia nasce no terreno pedagógico, e nele ganha força para sua autonomia e institucionalização. Com o decreto de nº 21. 173/1932 surge a primeira proposta de regulamentação da profissão, um decreto que apresenta a atuação do profissional como professor, ainda não formalizado como “psicólogo” (Vicente, 2019). Outros documentos foram publicados posteriormente, surgindo de profissionais que já praticavam a psicologia no país, em

conformidade com políticas educacionais brasileiras, até sua regulamentação no ano de 1962, com a lei de nº 4.119 (TURCI; CIRINO, 2019).

A licenciatura se tornou uma habilitação possível de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1961, que regulamenta a profissão do psicólogo. Na regulamentação do ano de 1962 estabeleceu ao bacharelado em psicologia dar aulas a alunos do ensino médio, porém, essas características foram revogadas pela nova LDB, promulgada em 1996. Admitiu-se para o exercício de professor de psicologia uma formação em licenciatura, para atuação de magistério na educação básica, não permitindo aos bacharéis lecionarem para o ensino médio. Além de que não cabe mais ao docente de psicologia atuar na orientação educacional, sendo esta uma atuação do psicólogo escolar (Brasil, 1996).

A psicologia escolar atua mais na função de intervenção psicológica, age com questões relacionadas aos problemas de aprendizagem, aconselhamento psicológico e vocacional, modificação de comportamentos em sala de aula e treinamento de professores para lidarem com diversas questões que acontecem nesse ambiente. (SEKKEL E MACHADO, 2007). Desse modo entende-se que por esses dois profissionais poderem atuar no mesmo espaço, porém, havendo uma confusão de papéis. Logo, se vê como importante, afirmar-se essas diferenças nas atuações, configurando-se como um espaço para o levantamento de discussões. A formação deve buscar minimizar as diferenças existentes, dando atribuições aos papéis, criando uma identidade mais sólida, de modo que a construção desse perfil possa ganhar mais profissionais que queiram trabalhar nessa área da educação, e a solidez da identidade da formação do docente de psicologia e do psicólogo escolar representa um principal direcionamento para a compreensão das diferenças nesses âmbitos.

Dentre os documentos oficiais, no ano de 1962 com a regulamentação da profissão de psicólogo, com a lei de nº4.119, muitas mudanças aconteceram para a consolidação dessa nova disponibilidade de um curso superior no país, anos se passaram e em 1971, com a lei de nº 5.766, criou-se o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, responsáveis pelas orientações na área, e representando uma força maior para a ciência psicológica no país.

Documentos importantes foram produzidos tanto no campo da educação, como no próprio campo da psicologia, dentre eles se destacam a LDB de 1996, com o artigo IV que orienta sobre os cursos de ensino superior no Brasil. Em 1999 um documento é produzido pela Comissão Especialista em Psicologia, sobre a proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o Curso de Graduação em Psicologia, que também se consolida como um documento oficial que direciona a formação e atuação do profissional de psicologia. Nesse contexto, quando se trata das documentações que regem a formação do psicólogo no país, se faz necessário sempre o estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de psicologia, a fim de se compreender os direcionamentos para a formação do profissional de licenciatura em psicologia e do psicólogo escolar. Quando se trata das competências básicas que definem o profissional desse campo em que se espera um compromisso com o aprimoramento contínuo da ciência e profissão, com qualidade em sua prática a partir de uma base teórico-metodológica consistente.

A partir de um estudo feito com os documentos oficiais na área de licenciatura em psicologia e psicologia escolar, elaborado por mim, pude compreender aproximações e diferenças nos campos de atuação de um formado em licenciatura em psicologia e de um bacharelado nessa mesma área, atuando como psicólogo escolar. Dessa maneira, a partir das considerações legais, surge uma necessidade de entender e analisar nas publicações dessas áreas como se tem atuado esses profissionais no país, para se traçar um comparativo levantando semelhanças e diferenças na práxis do licenciado em psicologia e do psicólogo escolar, e contribuir para futuras pesquisas na área, e ajudar na formação e atuação dos profissionais das referidas áreas.

Este trabalho teve como objetivo geral analisar as pesquisas que abordaram a atuação do Licenciado em Psicologia e do Psicólogo Escolar com base nos dispositivos legais vigentes, buscando produzir um estudo comparativo entre essas duas práticas profissionais. A proposta visou proporcionar conhecimento à área por meio de uma análise descritiva das formas de atuação apresentadas na literatura especializada, contribuindo assim para a ampliação da compreensão sobre os limites, interseções e singularidades de cada função.

Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos três objetivos específicos. O primeiro consistiu em descrever as pesquisas existentes que tratam das atuações do Licenciado em Psicologia e do Psicólogo Escolar, com a meta de traçar um panorama atualizado do estado da arte sobre o tema. Em seguida, buscou-se caracterizar as práticas profissionais associadas à Licenciatura em Psicologia e à Psicologia Escolar, com o intuito de aprofundar os conhecimentos sobre as especificidades de cada área de atuação. Por fim, analisaram-se essas especificidades, com o objetivo de identificar e comparar as possíveis semelhanças e diferenças entre os dois campos, contribuindo com conhecimentos relevantes para a Psicologia, a formação profissional e as práticas educacionais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A atuação profissional em Psicologia no contexto educacional brasileiro tem se configurado como um campo de práticas em expansão, especialmente a partir de marcos legais e das demandas sociais contemporâneas. Nesse cenário, tanto a Licenciatura em Psicologia quanto a Psicologia Escolar apresentam-se como áreas de formação e intervenção que, embora compartilhem fundamentos teóricos comuns, assumem trajetórias, objetivos e competências distintas. A compreensão dessas distinções e aproximações exige um retorno às bases teóricas e legais que sustentam cada uma dessas áreas, considerando sua historicidade, os debates acadêmicos em torno de suas atribuições e os desafios enfrentados no processo de institucionalização. Assim, a seguir, apresenta-se um panorama teórico sobre a Licenciatura em Psicologia e a Psicologia Escolar, buscando destacar suas interfaces, especificidades e contribuições para o campo educacional.

1. Licenciatura em Psicologia: institucionalização e formação

A licenciatura em Psicologia, historicamente, é uma modalidade de formação profissional que busca articular Psicologia e Educação, capacitando profissionais para atuar em ambientes escolares, no ensino, e em processos formativos que extrapolam a clínica. Turci, Lourenço e Cirino (2020) analisam a institucionalização da licenciatura no Brasil, identificando que a regulamentação da formação de psicólogos em 1962 incluía

já uma modalidade voltada ao ensino, mas que só recentemente essa vertente tem sido efetivamente discutida e estruturada dentro dos cursos de Psicologia.

Segundo Turci et al. (2020), a regulamentação da licenciatura passou por diferentes momentos de visibilidade: embora prevista em legislações antigas, a licenciatura esteve por longos períodos menos valorizados em comparação com a ênfase clínica ou institucional tradicionalmente centrada no bacharelado.

Além disso, práticas formativas atuais têm buscado diversificar as experiências do licenciado, incluindo estágios pedagógicos, atividades teórico-práticas de aprofundamento, participação em projetos educacionais, e reflexões sobre currículo, docência e políticas educacionais. A USP, por exemplo, em seu curso de Licenciatura em Psicologia, prevê Atividades Teórico-Práticas Específicas para os licenciandos (ATPA) que devem conectar teoria e prática educativa.

2. Psicologia Escolar: trajetória, funções e regulamentação recente

Ao que se refere à psicologia escolar no Brasil, ela se configura como campo de interseção entre educação e psicologia, ocupando-se com processos de aprendizagem, desenvolvimento humano, contextos escolares, inclusão, mediação de conflito, bem como de saúde mental no ambiente educativo. Fernandes da Silva (2011), destaca que as transformações sociais, políticas educacionais e os desafios contemporâneos – como crises econômicas, desigualdades educacionais – impõem novos contornos à atuação do psicólogo escolar.

Pesquisas mais recentes também têm investigado práticas específicas da Psicologia Escolar, como sucesso acadêmico, inclusão e educação inclusiva. Por exemplo, Candeira e Negreiros (2021), numa revisão sistemática sobre “Produção da psicologia no Brasil sobre sucesso escolar”, destacaram como muitos estudos atribuem o sucesso letivo a fatores internos (motivação, esforço, inteligência), mas poucas vezes se aprofundam em variáveis institucionais ou contextuais, como políticas escolares, suporte psicopedagógico, contexto social.

Em termos legais, a Lei nº 13.935/2019 representa um marco recente e significativo, pois estabelece a obrigatoriedade de presença de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica, com atuação vinculada ao projeto político-

pedagógico das escolas, envolvimento comunitário, e atuação em equipe multiprofissional para melhorar o processo de ensino-aprendizagem, mediação das relações sociais e institucionais (BRASIL, 2019).

3. Convergências e tensões entre Licenciatura em Psicologia e Psicologia Escolar

A interface entre a Licenciatura em Psicologia e a Psicologia Escolar manifesta-se em diversos aspectos, evidenciando tanto convergências quanto tensões e diferenças. Ambos os campos exigem uma base sólida em teorias psicológicas do desenvolvimento, da aprendizagem e da avaliação, além de competências para intervir em contextos educacionais e uma preocupação com o bem-estar socioemocional dos estudantes. Ademais, atuam dentro de uma dimensão político-pedagógica, na medida em que desenvolvem práticas coletivas e comunitárias no ambiente escolar (TURCI, LOURENÇO e CIRINO, 2020; DA SILVA, 2011). Contudo, algumas diferenças importantes se destacam, principalmente no que se refere ao foco formativo versus a intervenção prática. O licenciado em Psicologia geralmente está mais voltado para a docência e para a formação de professores, criando espaços para reflexão pedagógica, didática e curricular, enquanto o psicólogo escolar atua diretamente na escola, acompanhando alunos, realizando avaliações psicológicas educacionais, mediando conflitos e promovendo inclusão (CANDEIRA e NEGREIROS, 2021; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019).

No que diz respeito à regulação e reconhecimento legal, embora a licenciatura esteja prevista formalmente, sua presença concreta em concursos públicos, regimentos escolares e políticas públicas ainda é variável, dependendo do município e do estado. Por outro lado, a Psicologia Escolar conta com a Lei nº 13.935/2019, que exige a presença obrigatória de psicólogos nas escolas públicas de educação básica. Todavia, essa implementação apresenta desigualdades significativas, tanto pela oferta insuficiente de profissionais quanto pelas limitações financeiras dos sistemas educacionais (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019; CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2022). Além disso, os currículos e competências exigidos para cada área também divergem.

A licenciatura demanda uma formação docente que inclui metodologias de ensino, avaliação da aprendizagem e conhecimentos pedagógicos além dos psicológicos, enquanto a Psicologia Escolar requer competências técnicas específicas para avaliação psicológica, identificação de necessidades educacionais especiais, promoção da saúde mental, intervenções psicopedagógicas e articulação com a comunidade escolar. Alguns autores apontam que muitos cursos ainda apresentam lacunas na formação prática e pedagógica do licenciado em Psicologia (TURCI et al., 2020; FERNANDES DA SILVA, 2011).

4. Legislação como marco orientador

A legislação brasileira define marcos importantes para ambos os campos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por exemplo, em seu artigo 62, prevê modalidades de graduação em licenciatura, definindo objetivos gerais para os cursos de formação de professores. A regulamentação da profissão de psicólogo (Lei 4.119/1962) instituiu princípios gerais para a formação, admitindo a licenciatura. Mais recentemente, a Lei 13.935/2019 institui obrigações para que os sistemas públicos de ensino mantenham serviços de Psicologia Escolar, vinculados ao projeto político-pedagógico e à formação de ambientes escolares saudáveis e colaborativos.

A Lei 13.935/2019 determina também que as ações das equipes multiprofissionais considerem o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos estabelecimentos de ensino, que as relações institucionais sejam mediadas, que haja participação da comunidade escolar.

6. Síntese para comparativo

Percebe-se que embora haja sobreposição em fundamentos teóricos e em propósitos de intervenção social e educativa, existem diferenças claras na natureza da atuação, no reconhecimento legal e nas formas de formação. A licenciatura em Psicologia parece concentrar mais seu escopo nas dimensões de docência e de formação de professores, enquanto a Psicologia Escolar engloba práticas mais amplas de intervenção direta, avaliação, inclusão e mediação escolar.

A Lei 13.935/2019 serve como um marco que aproxima essas atuações do ponto de vista legal, pois reconhece formalmente o papel da Psicologia Escolar nas escolas, mas

também evidencia os desafios para que o licenciado tenha seu papel docente valorizado e para que o psicólogo escolar possa implementar práticas condizentes com os direitos definidos pela lei. Nesse sentido, essa pesquisa se faz necessária.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, do tipo revisão integrativa de literatura. O estudo teve como foco a análise de pesquisas que tratam da atuação nas áreas de Psicologia Escolar e Licenciatura em Psicologia, com base em publicações realizadas entre os anos de 2013 a 2023. As fontes utilizadas para a coleta dos dados foram as bases de dados Portal de Periódicos da CAPES, Diretório de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e SciELO. Os descritores empregados na busca foram: licenciatura em psicologia, psicologia escolar e atuação.

A amostra da pesquisa compreendeu artigos científicos, dissertações e teses que apresentaram orientações e análises sobre a atuação nas referidas áreas. Como critérios de inclusão, foram consideradas produções acadêmicas publicadas nos últimos 20 anos, período que corresponde à promulgação dos principais dispositivos legais relacionados à formação e atuação na área da Psicologia. Também foram incluídos textos de autores consagrados na área e artigos revisados por pares. Já os critérios de exclusão contemplaram publicações que não descrevessem diretamente a atuação ou a formação profissional do licenciado em Psicologia ou do psicólogo escolar.

O procedimento de coleta de dados foi estruturado em duas etapas. Na primeira, foram selecionadas publicações relacionadas à Psicologia Escolar, com a combinação dos descritores *atuação* e *psicologia escolar*. Na segunda etapa, realizaram-se buscas com foco na Licenciatura em Psicologia, utilizando os descritores *atuação* e *licenciatura em psicologia*. Após a seleção do material, os dados foram submetidos a um procedimento de análise descritiva, com o objetivo de identificar os principais pontos que respondessem aos objetivos delineados neste estudo. Para isso, foi elaborado um protocolo de análise, contendo os objetivos da pesquisa e orientações para extração das informações mais relevantes. A análise considerou os postos-chave de cada publicação, permitindo assim a organização e sistematização dos dados de maneira crítica e reflexiva, à luz do referencial legal e teórico que fundamenta o estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise dos estudos selecionados, foi possível identificar aspectos centrais relacionados às práticas, desafios e regulamentações que permeiam a atuação do Licenciado em Psicologia e do Psicólogo Escolar. A seguir, são apresentados os principais resultados encontrados, bem como a discussão crítica sobre as convergências e diferenças entre essas duas áreas, considerando suas implicações para a formação profissional e a atuação no contexto educacional.

LICENCIATURA EM PSICOLOGIA

Tratando-se da atuação da licenciatura em psicologia, ao todo foram analisados apenas 8 artigos, considerando o lócus que se objetivou no estudo. Os demais materiais foram descartados em razão de não abordar sobre a atuação do licenciado em psicologia. Esse profissional que, desde sua institucionalização na regulamentação da formação em psicologia é habilitado para lecionar psicologia. Nos materiais encontrados, pode-se perceber que existem materiais que discutem sobre seus aspectos historiográfico, além do compromisso ético- político dessa modalidade de atuação, porém notou-se uma escassez de materiais que pudessem relatar as práticas realizadas por esses profissionais. A ausência de materiais sobre a atuação em psicologia pode ser evidenciada em razão do número significativo de estudantes que não optam por essa modalidade, desistindo antes das disciplinas de estágio supervisionado.

Dentre os dados coletados, foram identificados a atuação desse profissional na formação de professores, além de sua atuação junto aos alunos da educação infantil, do ensino fundamental, ensino médio, bem como, em escolas técnicas. Também foi encontrado um artigo que aborda sua atuação como assessor pedagógico em uma escola, com prática que ocorre por meio de minicursos, oficinas, assim como, professor de disciplina específica em sala de aula. Os materiais e seus respectivos autores foram organizados em categorias, juntamente com um resumo de cada material, conforme demonstra o quadro 1 a seguir.

Quadro 1- Categorias de atuação do licenciado em psicologia

CATEGORIA	TÍTULO	AUTORES/ANO	RESUMO
Formação de professores	Psicologia e Ensino das Relações Étnico-	(SULEIMAN, B. B., 2014)	Atuação ocorreu por meio de uma oficina

Qualis Periódicos – (2021 -2024) – B3

	Raciais: uma experiência na formação de professores		realizada durante a semana de magistério, destinada as professoras do curso. Teve como ementa: “Psicologia e o ensino das Relações Étnico- Raciais”.
	Licenciatura em Psicologia: Debates Atuais e Relato de uma Intervenção na Formação de Professores	(LIMA, L.P.; SILVA, B.; OLIVEIRA, J.N., 2016)	A prática ocorreu com a realização de uma oficina sobre gênero e sexualidade, dirigida a alunos de cursos de magistério.
Atuação junto a professores e auxiliares da Educação infantil	Contribuições da formação em licenciatura de psicologia: o olhar de licenciandos para o estágio	(BALDUÍNO, et al., 2015)	Projeto de curta duração destinado a professores e auxiliares de uma CMEI com temas trazidos pelos profissionais com atividades que objetivavam a aproximação entre a realidade educativa de uma CMEI.
Atuação junto aos alunos do ensino fundamental	Docência em Psicologia: uma experiência no estágio de licenciatura em Psicologia	(PACHECO, A. P. L. et al., 2011)	A experiência de docência em Psicologia envolveu quatro momentos: a observação, o planejamento das aulas, a intervenção propriamente dita e a reflexão sobre essa prática
	O licenciado em psicologia no ensino fundamental possibilidade de atuação	(PEREIRA, O. C. N., 2019)	Apresenta a atuação do licenciado em psicologia em alguns anos do ensino fundamental, destacando as

			práticas para cada ano respectivo, com o objetivo de promover o desenvolvimento pessoal e social dos educandos.
Atuação junto aos alunos do ensino médio	Sexualidade e gênero(s): debates e desafios no estágio de licenciatura em psicologia	SANTOS, S. D. M. PARANAHYBA, S. D. M., 2018)	Projeto de extensão (minicurso) destinado aos jovens de uma instituição de educação profissional técnica de nível médio
Atuação em escolas técnicas	Possibilidades de Atuação para o Licenciado em Psicologia nas Etecs	PANDITA- PEREIRA, ANGELINA; SEKKEL, MARIE CLAIRE, 2012	Aponta um estudo que apresenta algumas disciplinas, e alguns cursos em escolas técnicas em que representa um campo de atuação do licenciado em psicologia
Atuação como assessor pedagógico	Articulação, formação e transformação: contribuições da licenciatura em psicologia para assessoria pedagógica	(VIEIRA, C. R. L., 2020)	Trata-se de um estudo teórico sobre a prática de atuação do licenciado em psicologia como assessor pedagógico, que se dá aliado aos demais que compõem a equipe escolar.

Fonte: Organizado pelas autoras

Considerando o material coletado, existem muitas possibilidades de atuação do licenciado em psicologia não atuando somente em sala de aula com uma disciplina específica. Levando em conta os documentos oficiais que fornecem informações sobre a atuação desse profissional, verifica-se que as práticas são coerentes com o que

preconiza esses documentos. Desde a regulamentação da psicologia como profissão, sabe-se que a modalidade de atuação em licenciatura em psicologia é possível, conferindo o direito de lecionar psicologia, ao portar o diploma de licenciatura nesta área, de acordo com as exigências legais (Brasil, 1962). Nesse sentido, entende-se da ligação entre a psicologia e a educação possibilitam práticas voltadas tanto para intervenções diversas no campo educacional, como com práticas voltadas ao ensino de psicologia, na educação básica, como também na formação de outros profissionais, tanto em escolas técnicas, como em outros contextos (SILVA, 2020).

A formação da Licenciatura Psicologia presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) para o curso de graduação, apresenta que esse profissional deve fazer uso do seu domínio em conhecimentos psicológicos, ao ponto de utilizá-los em diferentes contextos, como fora observado nas publicações encontradas. O contexto de formação de professores, atuação junto aos alunos do ensino fundamental, atuação junto aos alunos do ensino médio, atuação em escolas técnicas, bem como sua atuação como assessor pedagógico, mostram que apesar de não haver uma ampliação nestas discussões, detalham suas práticas que servem como orientação e inspiração para os futuros profissionais que ainda resistem para manter a licenciatura viva, em que possa adentrar cada vez mais aos espaços educacionais, mostrando cada vez mais necessária para o processo formativo dos sujeitos, levando os temas transversais que representam notável relevância (VICENTE, 2019).

Nessa perspectiva, a formação desse profissional para a docência em psicologia dedica-se a desenvolver competências e habilidades que poderá acrescentar significativamente aqueles que terão contato com o profissional de psicologia no papel de professor. Diante disso, a atuação desse profissional na formação de professores, de acordo com o material analisado, demonstra total importância na discussão de temas que possivelmente não foi visto em sua graduação de magistério. Segundo Suleiman (2014), de acordo com a atuação frente a discussão sobre as relações étnico- raciais, que a psicologia possui fundamental contribuição ao mostrar como se dá a constituição do sujeito, como ele se relaciona com a cultura, o que ajuda esses profissionais a desnaturalizar preconceitos estereótipos sobre esse problema. Além disso, a atuação do

licenciado em psicologia na formação de professores, também foi abordado na pesquisa de Lima, et al (2016), que apresenta sua atuação na discussão sobre gênero e sexualidade, nesse sentido, destinado aos alunos do curso de magistério especificamente por meio de atividades que pudessem instrumentalizar os alunos para seu futuro exercício, logo foi realizado por meio de oficina.

As práticas realizadas por esse profissional com os alunos do ensino fundamental reforçam a importância do ensino de psicologia no ensino básico. Conforme Pereira (2019), o licenciado em psicologia traz contribuições importantes para a emancipação dos indivíduos, por meio, principalmente, do desenvolvimento de reflexão e criticidade. Nas práticas relatadas, foi possível ver a atuação desses profissionais realizando atividades específicas para cada ano do ensino fundamental maior. Temas como transições, amizade, identidade, deficiência e inclusão, bem como tecnologias e seus usos, gênero e sexualidade, como diversos outros temas que foram considerados pertinentes para a discussão.

Ademais, a atuação do licenciado em psicologia nas escolas técnicas também foi identificada na pesquisa de Pandita-Pereira, Angelina; Sekkel, Marie Claire (2012), material que apresenta um panorama de cursos e disciplinas que compete a práticas deste profissional habilitado em lecionar psicologia. Observou-se que o licenciado em psicologia pode atuar nos cursos de administração, marketing, agente comunitário da saúde, secretariado, além do curso técnico em segurança do trabalho. As disciplinas que podem ser ministradas por esse profissional são: relações humanas, organização do processo de trabalho, desenvolvimento de pessoas, gestão de competência, ética e organização do trabalho. Diante disso, nota-se que há uma diversidade de disciplinas que permite a atuação desse profissional, no qual contribui para o desenvolvimento desses indivíduos a partir do que é conhecimento da área da ciência psicológica. A possibilidade da atuação desse profissional nesse contexto tem muito a agregar com o fortalecimento na formação dos sujeitos para ter uma visão crítica dos seus conhecimentos teóricos e técnicos (PEREIRA-PANDITA, 2013).

PSICOLOGIA ESCOLAR

Diante dos dados encontrados para a psicologia escolar, pode-se analisar por meio dos resumos uma quantidade de 85 materiais que se enquadraram nos critérios de inclusão previamente estabelecidos, sendo publicações em arquivos de teses e dissertações que abordavam as práticas em psicologia escolar. Notou-se a atuação do profissional de psicologia escolar em diversos contextos além da escola, a atuação desse profissional perpassa pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, bem como, na educação superior. Além disso, notou-se a atuação em ONGs, e em outros setores da área educativa, com ações de interdisciplinaridade, promoção de espaços de diálogo, formação continuada de professores, atuação junto às políticas educacionais, bem como, com práticas de atuação preventiva.

Em algumas publicações documentais sobre a atuação do profissional de psicologia, tais como o próprio documento de regulamentação da profissão (Brasil, 1962), as DCNs, bem como, algumas publicações do Conselho Federal de Psicologia (CFP), foi possível verificar a relação entre o que está previsto dentro desses documentos e sua relação com as práticas desses profissionais. Esse estudo desses documentos foi realizado em uma pesquisa anterior, que ainda não foi publicada, mas que apontam alguns Norte eu sirvo de orientação para a prática do psicólogo escolar.

Dentre os materiais analisados, notou-se a atuação do psicólogo em alguns setores específicos de atuação que podem dialogar com as práticas que foram observadas dentro do estudo das ações realizadas pelo Licenciado em Psicologia. Em um estudo realizado por Martinez (2013), a autora aponta o compromisso do profissional de psicologia escolar e educacional com a educação brasileira, onde aborda os aspectos do que ainda é tradicionalmente um modelo de atuação, e o que se destacam com práticas emergentes, em que se destacam ações como avaliação diagnóstico, atendimento e encaminhamento de alunos com dificuldades escolares, como também orientação profissional, orientação de alunos e pais e entre outras. Enquanto a forma de atuação emergentes, são práticas que levam em consideração a intervenção a nível institucional, participação dos processos de proposta pedagógica da escola, bem como coordenação de disciplinas. Diante disso, pode-se notar que há prevalência mais em grande proporção de práticas tradicionais, mas ainda pode-se ver o caminho que o profissional de

psicologia tem traçado no âmbito de construir ações cada vez mais inovadoras e socialmente relevantes para a educação brasileira.

SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Os dados coletados possibilitaram compreender as relações existentes entre os campos da psicologia e educação, o que reverbera sobre a atuação da psicologia no ambiente educacional, seja como psicólogo escolar, seja como licenciado em psicologia. Ao analisar os documentos sobre a regulamentação da psicologia como ciência, percebe-se um caminho relacionado com práticas em ambientes pedagógicos. E dentro do contexto brasileiro, a modernização reorganização social em meados do século XX, enxergando na psicologia a solução para o atraso econômico e social (CIRINO; MIRANDA, 2013)

Dentre os documentos oficiais, no ano de 1962 com a regulamentação da profissão de psicólogo, com a lei de nº4.119, muitas mudanças aconteceram para a consolidação dessa nova disponibilidade de um curso superior, caracterizando lutas para ocupação de espaços, campos de atuação, porém, essas lutas foram retardadas com o golpe militar de 1964. Anos se passaram e em 1971, com a lei de nº 5.766, criou-se o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, responsáveis pelas orientações na área, e representando uma força maior para a ciência psicológica no país. Em 1977, essa lei foi regulamentada. Com a LDB de 1996, com o artigo IV orientam sobre como serão os cursos de ensino superior no Brasil. Em 1999 um documento é produzido pela Comissão Especialista em Psicologia, sobre a proposta de Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia.

A primeira Diretrizes foi publicada no ano de 2001, e desde então, até o ano de 2019, o curso já teve 4 DCNs, representando documentos importantes que regem e orientam sobre a formação e atuação do profissional de psicologia nos ambientes educativos, como em outros que autorizam suas práticas. Segundo as DCNs para a área de psicologia, o que se espera é que a formação desse profissional em psicologia esteja voltada para atuação profissional, pesquisa e ensino de psicologia, assegurando alguns princípios e compromissos (Souza; Facci; Silva, 2018).

Outros documentos na área de psicologia foram publicados em seguida, contribuindo para a formação e atuação dessa ciência tão recente. Documentos oficiais que retratam sobre os campos de estágios, além de orientações para os campos de atuação. É papel do psicólogo na escola, tanto com práticas de intervenções, no que tange aos processos de ensino aprendizagem, bem como realizando um trabalho conjunto com a equipe pedagógica nos processos de elaboração, avaliação, implantação de políticas educacionais, entre outras práticas dentro da escola. Já a atuação do licenciado em psicologia, conforme presente na regulamentação da profissão, bem como nas discussões atuais, é voltado para a docência, com a socialização dos saberes psicológicos em sala de aula (MACHADO, 2016).

Com a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), de nº 9394/96, que regulamenta o sistema educacional brasileiro tanto na educação básica, como no ensino superior, para os cursos de graduação essa lei estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que representam orientações no planejamento curricular. No final de 2019, foi publicado um documento oficial, um parecer que prova a revisão das DCNs em psicologia, e aprovado em fevereiro de 2020, aguardando homologação. Nesse documento consta além de princípios orientadores fundamentais, como: formação presencial e generalista, inclusão, direitos humanos, bem como, possui direcionamentos para a formação e atuação do professor em psicologia.

Muitas insatisfações da classe de psicólogos sobre a forma de atuação tradicional, com práticas voltadas apenas para orientação vocacional, aconselhamento psicológico, contribuiu para que pensasse em formas mais éticas e críticas de atuar com a psicologia escolar, e no ano de 1990, com a criação da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), essas discussões ganharam mais apoio. No ano 2000, um importante projeto de lei que dispõe sobre a prestação de serviço de psicologia e de assistência social nas escolas, levanta reflexões e discussões para a necessidade desses profissionais na rede pública de ensino. O presente projeto de lei do ano 2000, se transformou em lei ordinária de nº 13.935 no ano de 2020, representando um grande avanço para a psicologia. e atuação nesses ambientes podem auxiliadas pelo documento: As referências técnicas para a atuação do psicólogo na educação básica publicado em

2019, importante documento oficial, que auxilia os profissionais da psicologia que atuarão no ambiente escolar.

Diante dos documentos analisados, viu-se que há uma forte aproximação entre os campos da psicologia escolar e da licenciatura em psicologia. Sendo essa última, com uma história multifacetada (MRECH, 2013). A falta de clareza sobre a formação e atuação do licenciado em psicologia, contribui para que se enxergue sua prática como a mesma do psicólogo escolar, por esse motivo se faz cada vez mais necessário pesquisas nesse âmbito para ajudar a traçar um comparativo nesses campos de atuação. A psicologia escolar, tem caráter de intervenção psicológica, e o professor de psicologia caráter formador e fomentador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se com a presente pesquisa as grandes semelhanças e diferenças entre a licenciatura em psicologia e a psicologia escolar. Com base nos próprios documentos oficiais, vê-se que esses dois campos, embora apresentando muitas correspondências, possuem práticas diferentes. O profissional com habilitação em psicologia tem sua atuação orientada para realizar um trabalho de docência em diversos espaços educativos, e na educação básica, enquanto o profissional de psicologia escolar atua com a intervenção psicológica propriamente dita, atuando também em diversos espaços educativo, quanto também na educação básica, como no ensino superior.

Nos materiais encontrados evidenciou que na prática há uma confusão na identidade desses profissionais, tanto por parte dos próprios profissionais, quanto por parte dos outros profissionais que atuam junto a essas duas áreas. Nessa perspectiva que se mostra necessário diferenciar os exercícios da profissão desses dois campos, mostrando-se fundamental para que possam assumir suas atribuições de acordo com os pressupostos legais, reforçando e aplicando o que é orientado. Há limites e possibilidades nessas atuações, contudo, muito foge do que é apresentado como diretriz e documentos de orientação pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP).

A pesquisa contribui para a produção de saberes na área de Licenciatura em Psicologia, principalmente por diferenciar sua atuação da psicologia escolar, como contribui para a construção de uma identidade mais sólida nesse campo. Pesquisas

apresentadas mostram que o campo de docência da psicologia na educação básica contribui de maneira significativa para a formação humana dos jovens, bem como, traz conteúdos necessários nos anos iniciais do ensino fundamental, assim como sua atuação em ONGs e em outros espaços educativos, é uma forma de levar o conteúdo de psicologia aplicado a educação de uma maneira formadora e objetiva e subjetiva que geram frutos ao campo da saúde mental na esfera educacional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. A. M. **A psicologia no Brasil: leitura histórica de sua constituição** (5. ed.). EDUC. (2014)

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Dispõe sobre as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. (1961). Recuperado de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm>

BRASIL. Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962. **Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo**. Disponível: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=4119&ano=1962&ato=72eEzY61kMVRVT56e>>

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Grau, e dá outras providências**. Diário Oficial da União. (1971). Recuperado de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. (1996). Recuperado de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>

BRASIL. Projeto de Lei n. 3.688, de 2000. Dispõe sobre a prestação de Serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica. Câmara dos Deputados. (2000).

BRASIL. Lei n. 13.935, de 11 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica**. Diário Oficial da União. (2019). Recuperado de <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.935-de-11-de-dezembro-de-2019>>

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. (2022). **Comissão cobra psicologia e serviço social nas escolas como prevê a lei**. Recuperado de <<https://cmbh.mg.gov.br>>

CANDEIRA, B. S., & NEGREIROS, F. **Produção da psicologia no Brasil sobre sucesso escolar: Uma revisão sistemática**. DOXA: Revista Brasileira De Psicologia E Educação, 26(00), e025007. (2025). <<https://doi.org/10.30715/doxa.v26i00.20120>>

CIRINO, S. D., & MIRANDA, R. L. Ensinando psicologia: elementos para uma história sobre o professor de psicologia e a licenciatura. (2013).

SEKKEL& C. C. BARROS (Orgs.), **Licenciatura em psicologia: temas atuais** (1. ed., pp. 43-45). Zagodoni.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Lei n. 13.935/2019: prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica.** (2019). Recuperado de <<https://psicologianaeducacao.cfp.org.br>>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. (2019b). **Referências técnicas para a atuação do psicólogo na educação básica.** Brasília. Recuperado de <<https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologasos-naeducacao-basica/>>

FERNANDES DA SILVA, G. C. R. Psicologia Escolar na atualidade: formação, pesquisa e prática. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. (2011). Recuperado de <<https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/17531>>

MACHADO, L. A. Psicologia no ensino médio e psicologia escolar: história, diferenças e perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(1), 101–108. (2016). Recuperado de <<https://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0201933>>

MRECH, L. M. (2013). **O ensino de psicologia: A imagem escura de uma profissão difusa.** In M. C. Sekkel & C. C. Barros (Orgs.), *Licenciatura em psicologia: temas atuais* (1. ed., p. 61). Zagodoni.

NOTA: Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

Submetido em: 31/01/2026

Aceito em: 24/03/2026

Publicado em: 16/05/2026